

Percepções Políticas e Econômicas Sobre a Pandemia da Covid-19 e Seus Reflexos no Espaço Urbano Brasileiro

Wilson Sebastião Rodrigues Soares¹

Aurimar de Paula Viana²

Daniel Andrade Rangel³

Douglas Soares Cirino⁴

Mateus Fernandes Verdan⁵

Natália Assed Bastos Abud⁶

GT 1. Reestruturação do espaço urbano-regional, dinâmica econômica e impactos no emprego

Resumo

A gestão das cidades brasileiras passou a contar com novos contornos e nuances, a partir das intercorrências acarretadas pela pandemia da Covid-19, sentida ao longo do ano de 2020. Inúmeros foram os reflexos políticos e econômicos impostos à sociedade brasileira, dentre os quais o debate quanto à fixação de competências administrativas e legislativas para adoção de medidas de enfrentamento, limitações da intervenção forçada nas liberdades individuais, formatando a quarentena social, bem como as ações governamentais implementadas na seara econômica, com vistas a reduzir ou arrefecer os impactos da crise, notadamente o aumento do desemprego, a elevação dos gastos públicos, a mutação do comportamento de consumo, dentre outros. A partir de uma atenta revisão de literatura, sobreposta à realidade fática que delinea o fenômeno, ora vivenciado, buscou-se sua compreensão sob a ótica da dinâmica urbana, atentando-se a pertinentes reflexões.

¹ Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes, Especialista em Direito Constitucional, Advogado e Professor Universitário. E-mail: wilsonsrs@hotmail.com.

² Doutoranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes. Bióloga, Servidora Pública Municipal, Licenciada em Ciências Biológicas. Especialista em Biologia, em Gestão de Agronegócios e em Vigilância em Saúde Ambiental. Mestre em Engenharia e Desenvolvimento Sustentável. E-mail: aurimar_viana@hotmail.com.

³ Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidade da Universidade Cândido Mendes, Professor de Direito do Consumidor no Centro Universitário Fluminense (antiga Faculdade de Direito de Campos) e na Universidade Cândido Mendes (UCAM Campos e EAD). Servidor público dos quadros permanentes do MPRJ. E-mail: dandraderangel@gmail.com.

⁴ Doutorando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes. Bacharel e licenciado em Geografia. Licenciado em Ciências Sociais e Pedagogia. Mestre em Geografia e Mestre em Educação. E-mail: douglassoarescirino@gmail.com.

⁵ Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Cândido Mendes Licenciado em Geografia. E-mail: mateusverdan@gmail.com.

⁶ Mestranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidade da Universidade Candido Mendes, Pós Graduada em Direito civil e empresarial, Advogada. E-mail: natassed@hotmail.com.

Palavras-chave: gestão; cidades; Covid-19; reflexos político-econômicos.

Introdução

No bojo do fenômeno mundial da pandemia da Covid-19, faz-se imperiosa uma análise acerca dos impactos político-econômicos sentidos pela sociedade brasileira, mormente no tocante à gestão das cidades. Induvidosamente, as medidas tendentes à contenção do coronavírus, em especial o isolamento social, desencadearam consequências de proporções ainda desconhecidas, desnudando uma interdependência político-econômica planetária, além de recobrem outras “quarentenas tupiniquins”.

Justamente em virtude da incerteza vivenciada por esse estado de coisas, imbricadas questões políticas assumiram a ordem do dia, dentre elas a fixação dos contornos da competência administrativa e legislativa no estabelecimento de normas regulamentadoras dos comportamentos sociais, bem como os limites dessa intervenção forçada nas liberdades individuais dos cidadãos em cotejo com o direito à vida e à saúde coletiva.

O aumento nas taxas de desemprego, a escassez de insumos hospitalares, o fechamento temporário de fronteiras, com restrição de acessos, elevação dos gastos públicos, sem falar na mutação do comportamento consumista (com ampliação das compras on-line e utilização do *home office*) demonstram em cores vivas o atual cenário econômico, a reboque da crise pandêmica.

Bem verdade que ações governamentais buscaram amortecer os efeitos negativos da recessão mundial, quer reduzindo alíquotas de impostos (sobre importações e produtos industrializados), quer fornecendo benefícios e incentivos voltados à manutenção de empregos e ao auxílio emergencial. Contudo, o acesso não uniforme às citadas medidas, aliado a antigos traumas socioeconômicos, tornaram ainda mais agudas as desigualdades já existentes.

Assim, a partir de uma revisão da literatura afeta à gestão das cidades, buscou-se descortinar o fenômeno da Covid-19 e os impactos político-econômicos por ela acarretados, levantando-se questionamentos e reflexões para as quais, ao menos por ora, não se alcançaram respostas claras ou definitivas.

Impactos da pandemia da Covid-19 no espaço urbano brasileiro: Principais apontamentos e percepções

Às vésperas de um novo ano, a Pandemia de Covid-19 (Sars-Cov-2) deflagrada no início de dezembro de 2019 na província chinesa de Wuhan rapidamente se espalhou para os demais continentes, fornecendo com isso não apenas um quadro de crise médico-sanitária planetária, mas também um exemplo das convergências e tensões que se imbricam na complexa rede da economia globalizada. Com fortes indícios de ter surgido a partir de hábitos alimentares daquele país (herança histórico-cultural do que ficou conhecido como “a grande fome da China”), a doença mostrou como as distâncias entre centro e periferia do capitalismo podem ser pequenas a partir da compressão do espaço-tempo (HARVEY, 2004), obrigando governos nacionais e organismos supranacionais a se voltarem para a reflexão da interdependência político-econômica dos diferentes lugares, além do fator “pobreza” e suas decorrências (a questão da higiene, notadamente) enquanto obstáculo ao desenvolvimento mesmo daquelas regiões com forte sinergia tecnológica (CASTELLS, 1999) e elevado grau de adensamento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2013).

Além disso, verifica-se no momento atual que a própria análise de fenômenos requer, se não novas definições, ao menos o incremento de novos contornos: considerando que a população urbana mundial desde 2007 (ONU, 2007) superou a rural pela primeira vez na História, a pandemia de Covid-19 além de ser uma crise de saúde pública, mostra-se como um problema notadamente urbano.

Com os primeiros casos da doença registrados na Europa, Oceania e Estados Unidos já em janeiro de 2020, em 26 de fevereiro o diagnóstico do primeiro paciente brasileiro infectado com a doença. Já em março, tem-se a primeira morte, a instauração das medidas de isolamento no país e o início da transmissão ocorrendo de forma comunitária, isto é, com a impossibilidade de rastreamento das contaminações.

Tendo atingido no país a marca de 100 mil mortos no início de agosto, e números próximos a 150 mil cerca de um mês e meio depois, o Brasil acumula no fim de outubro quase cinco milhões de casos confirmados da doença. Tais dados tiveram como implicação a necessária articulação dos diferentes entes federados em favor de políticas públicas de assistência à saúde, educação, trabalho e moradia, tanto em

prevenção quantoem combate. Todavia, a forte demanda sobre o Governo Federal traz à tona a necessidade de se repensar o papel do Estado na gestão pública do país, em suas bases precedentes à chegada da doença. Nesse sentido, o contexto político e econômico que antecede a pandemia da Covid-19 pode ser assim descrito conforme se verá a seguir.

Na década de 1980 verifica-se a predominância da política neoliberal que se traduz em cortes nas políticas sociais, reduções no orçamento nas áreas de educação, saúde, cultura, além das terceirizações, tornando-se evidente o desmonte dos serviços públicos. Para Souza (2020, p. 20) o neoliberalismo sujeitou as áreas sociais saúde, educação e segurança social, pondo de lado a lógica dos serviços públicos, ignorando os princípios de cidadania e os direitos humanos, colocando o mundo em estado permanente de crise.

No campo econômico, a década de 1980 é considerada como uma década perdida, com dívidas externas impagáveis, grandes déficits fiscais e volatilidade inflacionária e cambial. Concentração de riquezas nas mãos de um pequeno grupo e ampliação da desigualdade social.

É visível neste período a intensificação da transição demográfica, uma redução significativa das taxas de mortalidade, das taxas de natalidade, redução do número de filhos por mulher e do envelhecimento da população. Com essa transição passa-se a discutir políticas para a maior idade, uma busca pela qualidade de vida, atrelado a isso setem a ampliação da indústria dos asilos, que se organiza a partir do discurso do bem-estar deste grupo etário.

Outra marca é a intensificação das redes de transportes, de comunicação, que facilita a circulação de bens, mercadorias e pessoas, dando suporte ao processo de globalização, sendo uma característica do capitalismo informacional, a ciência, a técnica e a informação a serviço do capital. Ao mesmo tempo em que essa rede se configura para fluxos que dinamizam a economia, há intensificações de fluxos contrários ao capital, como disseminação de doenças, como é possível perceber nas considerações de Harvey (2020, p.16) ao afirmar que uma das desvantagens da crescente globalização consiste no fato de ser impossível deter uma rápida difusão internacional de novas doenças. Vive-se num mundo altamente conectado onde quase todos viajam. As redes humanas de difusão potencial são vastas e abertas. Há, portanto, nesse sentido uma convergência de momentos e de técnicas que manifestam a dimensão planetária de uma política econômica capitalista

internacionalizada (SANTOS, 2000), bem como de uma psicofera (SANTOS, 2008) que fundamente e ofereça a adesão das consciências às demandas da produção em massa, do consumo globalizado e das intencionalidades que por vezes apresentam-se como uma “*esquizofrenia do espaço*” (SANTOS, 2000, p. 54) local, mas dotadas de sentido quando compreendidas a partir de uma geografia de espaços descontínuos (CASTELLS, 1999).

No Brasil, a transição do período ditatorial para o democrático entre as décadas de 1980 e 1990 reforça as influências da política neoliberal, a ascensão de governos de esquerda e suas políticas compensatórias no início do século XXI vão dar reconhecimento aos grupos menos favorecidos. No entanto, a crise financeira mundial de 2008 atinge o Brasil com diminuição do PIB, diminuição do crédito, alta do dólar e inflação, como reflexo da fragilidade do sistema bancário internacional, ampliando cada vez mais as disparidades sociais.

Todo esse quadro acima descrito elucidava quarentenas pretéritas que se configuram no Brasil como aponta Souza (2020, p. 32) ao destacar que:

Nos últimos quarenta anos, vivemos em quarentena política, cultural, ideológica de um capitalismo fechado sobre si próprio e as discriminações raciais e sexuais sem as quais ele não pode substituir. A quarentena provocada pela pandemia é afinal uma quarentena dentro de outra quarentena.

A pandemia da Covid-19 proporcionou a desestabilização da economia mundial, afetando o mercado financeiro e tendo fortes repercussões no espaço das cidades, num contexto de um governo de direita que tem como bandeira a reforma da previdência e a reforma tributária.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020), inicialmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 30 de janeiro de 2020 que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) constituía-se uma Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Posteriormente, em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia. A Epidemia chega ao Brasil primeiro via classe média-alta e foi facilitada pelos fluxos de transporte, aos poucos se espalhou por todo o território nacional, deixando rastro de morte em todas as unidades da federação. De certa maneira, pode-se assim expandir a ideia de

Santos (2000) sobre a escassez da classe média⁷, especialmente na medida em que ela se torna o vetor de transmissão da doença e de seus respectivos desdobramentos econômicos negativos, inserindo nela os mesmos parâmetros exógenos de um espaço fragmentado que a “rebaixa” às classes menos favorecidas visto que também ela torna-se vítima dos efeitos pandêmicos e necessitada das políticas emergenciais, seja na dimensão da saúde, seja por meio de políticas econômicas conjunturais que evitem o desmonte de seus negócios.

Assim, considerando o quadro recente das eleições de 2018, a classe média e média-alta que naquela aventava discursos de liberalização e de descentralização político-econômica, é à força chamada a reavaliar seu discurso graças a esta “*pedagogia da existência*” (SANTOS, 2000, p. 56) imposta pela Covid-19, pondo em xeque “simplesmente à defesa individualista do próprio interesse, sem alcançar a defesa de um sistema alternativo de ideias e de vida” (p. 56), levando-a a pensar na dimensão da humanidade e no social enquanto necessárias à manutenção do próprio indivíduo.

Oportuno lembrar que, em decorrência da crise médico-sanitária, apresentou-se como real a possibilidade do esgotamento da capacidade do sistema de saúde, em virtude da rápida disseminação do vírus, além dos efeitos sociais e econômicos negativos, relacionados às medidas restritivas de distanciamento social. Diante dessa situação, surgiu um embate sobre a extensão das medidas restritivas que os entes federativos deveriam tomar, no exercício de suas respectivas competências constitucionais, com intuito de conter a disseminação do vírus e, ao mesmo tempo, minimizar o impacto social para a população.

Frente a esse quadro crítico a cidade tem comprometido o seu desenvolvimento econômico, as marcas do subdesenvolvimento são ressaltadas, os impactos da atual crise se tornam evidentes no mercado de trabalho, traduzindo-se na emergência de políticas para o atendimento do momento atual, bem como de políticas

⁷ “A educação dos filhos, o cuidado com a saúde, a aquisição ou aluguel da moradia, a possibilidade de pagar pelo lazer, a falta de garantia no emprego, a deterioração dos salários, a poupança negativa e o crescente endividamento estão levando ao desconforto quanto ao presente e à insegurança quanto ao futuro, tanto o futuro remoto quanto o imediato. Tais incertezas são agravadas pelas novas perspectivas da previdência social e do regime de aposentadorias, da prometida reforma dos seguros privados e da legislação do trabalho. A tudo isso se acrescentam, dentro do próprio lar, a apreensão dos filhos em relação ao futuro profissional e as manifestações cotidianas desse desassossego” (SANTOS, 2000, p. 67).

pós-pandemia, como estratégia emergencial para se pensar em uma nova forma de gestão das cidades. Isto porque, a pandemia da Covid-19 reforça a necessidade de um novo pensamento da cidade. Para Souza (2005, p.18) “o desenvolvimento econômico se refere ao aumento da capacidade de uma sociedade produzir mais bens de uma maneira melhor (isto é, produtos melhores produzidos de modo a satisfazer as necessidades humanas)”. O que se verifica ao destacar a questão do desenvolvimento econômico da cidade é que ele está voltado para a produção, consumo e enriquecimento, isto é, a cidade vista contemporaneamente como um verdadeiro território do dinheiro contendo “novos conteúdos demográfico, econômico, social [...] e a manutenção do conteúdo normativo do território, agora que face à globalização se produz um embate entre um dinheiro globalizado e as instâncias político-administrativas do Estado brasileiro” (SANTOS, 2000, p. 47).

O atual momento trouxe inúmeros impactos sobre a cidade, que certamente comprometem o seu desenvolvimento econômico, dentre eles destaca-se o aumento do desemprego, chegando conforme o último Censo IBGE - PNAD/COVID o número de 14 milhões de desempregados, escassez de insumos hospitalares, uma vez que torna evidente a dependência do mercado de insumos chinês, fechamento de fronteiras temporárias, restrição de acesso a serviços e equipamentos públicos, elevação dos gastos públicos, embaraço de insumos e matérias-primas industriais, impactos sobre os setores de serviços e comércio, queda na bolsa de valores provocando uma desvalorização líquida de 30% como destaca Harvey (2020), medidas econômicas aquém da realidade, acesso desigual na distribuição de ajuda financeira, ficando determinados grupos minoritários à mercê, necessidade de controle sanitário, frente à ausência de políticas de acesso à água e esgoto, proliferação da infecção em áreas periféricas, ausência de transparência dos dados acerca da cidade, reforço sobre a ausência de acesso a serviços essenciais de água e habitação, desvio de dinheiro, corrupção e ampliação do número de óbitos.

Mas como falar de desenvolvimento econômico frente a tal realidade? Diante disso, ações governamentais foram implantadas para minimizar os impactos econômicos. Entre as ações apresentadas no site da câmara dos deputados, estão o pedido de declaração de calamidade pública, visando garantir recursos da saúde SIQUEIRA (2020), de forma a não criar uma desestruturação econômica, além de zerar a alíquota de importação de produtos médico-hospitalares e a desoneração do IPI de bens importados.

No âmbito econômico, propostas como o resguardo de empregos, visam garantir o pagamento de salário dos trabalhadores da iniciativa privada e pública, objetivando a manutenção da qualidade dos serviços. Auxílio a trabalhadores formais e informais, apoio aos produtores rurais, promoção de editais para a área cultural para viabilizar a remuneração de artistas e entretenimento, além de benefício de prestação continuada para pessoas com deficiência e idosos, licenças bancadas pelo INSS a título de auxílio doença, reforço no Bolsa Família e inclusão de beneficiários, auxílio a micro e pequenas empresas e trabalhadores autônomos são propostas que incrementam a pauta das políticas econômicas. Além disso, inclui-se a antecipação do 13º salário para os beneficiários do INSS, do abono para aposentados e pensionistas, redução das taxas de juros e empréstimos consignados, simplificação das exigências na contratação do crédito, transferência de valores não sacados PIS/PASEP. Ampliação de sete parcelas do seguro desemprego, compensação percentual do seguro desemprego, redução do IOF, adiamento do censo demográfico, atraso no recolhimento do FGTS e simples para reforçar o caixa das empresas. Adiamento de cobrança de impostos para empresas e redução de 50% de contribuição do sistema S.

Mesmo com todas essas ações acima elencadas evidencia-se um impacto enorme sobre o setor de serviços, turismo, restaurantes e eventos como destaca Harvey (2020 p. 20):

Companhias aéreas estão perto da falência, os hotéis estão vazios e o desemprego em massa no setor hoteleiro é iminente. Comer fora não é uma boa ideia e os restaurantes e bares fecharam em muitos lugares. Até mesmo entregas a domicílio parece arriscado. Eventos como festivais culturais, torneios de futebol, basquete, concertos, convenções empresariais e profissionais, e até reuniões políticas em torno das eleições foram cancelados.

Inclui-se a essa lista as escolas e as academias de ginástica. Uma possível explicação de pano de fundo desse quadro evidencia-se nas palavras de Ferreira (2011, p.630) ao mencionar que atualmente temos a passagem de uma economia baseada na indústria para outra, em que há predomínio das atividades ligadas aos serviços. Caiu a demanda de serviços de mercado informal, o que criou a necessidade de sinalização para esse tipo de economia, além dos impactos sobre o comércio e a agricultura. A realidade crítica do setor informal exigiu ações imediatas de políticas de assistência social.

Porém o que se verificou foi um acesso desigual na distribuição da ajuda financeira, para garantir as redes de proteção social. Para Souza (2020, p.28) as respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências. Setores como o artístico, micro e pequenas empresas não foram atendidos em caráter emergencial, o que contribuiu para a falência de empresas. E nem todos puderam seguir as recomendações da Organização Mundial da Saúde ao propor o isolamento social como política de contenção do coronavírus, uma vez que ainda o mesmo autor (id. 19) explica que:

Muitas pessoas vivem em espaços exíguos ou altamente poluídos, são obrigados a trabalhar em condições de risco para alimentar as famílias, porque estão em presos em prisões ou campos de internamento porque não têm sabão ou água potável, ou pouca água disponível para beber ou cozinhar.

Medidas econômicas foram necessárias, mas não foram suficientes frente ao fechamento de fronteiras e produções interrompidas. Outra crítica apontada consiste no fato de que as medidas econômicas adotadas se mostraram inferiores às de outros países, representando apenas 4% do PIB, como destacado por Schreiber (2020), uma vez que há especulação da existência de mais espaço fiscal para a atuação governamental. Na verdade, essa distribuição desigual pode ser compreendida nas colocações de Pereira (1976, p. 19), ao destacar que “o problema da acumulação do capital e distribuição de renda se coloca em termos diferentes”. Isso pode ser explicado tanto pela existência de reservas diferenciadas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, quanto por vontade política.

Mudanças se tornaram evidentes tanto no comportamento do consumidor no que diz respeito ao amadurecimento digital, como no aumento do consumo em específico de alimentos e bebidas, por estarem mais tempo em casa, favorecendo uma elevação dos preços, além da dinamização da construção civil que tem previsão de geração de emprego e crescimento em 2020, além da ampliação de um exército de “trabalhadores uberizados”, a partir da disseminação da prática do “*delivery*”.

Segundo dados obtidos com exclusividade pela Revista Época (TATSCH, 2020) de uma pesquisa conduzida pela agência de publicidade DPZ&T, em parceria com a consultoria DCODE, apontou-se um início de transformação do comportamento e padrão de consumo no Brasil. “O comportamento mais parcimonioso com os gastos, com foco em economizar, ganhou força entre os brasileiros durante a pandemia. O

comportamento despreocupado deu lugar à cautela e à intenção de planejar o futuro”. Tatsch destaca também dados relevantes sobre medidas econômicas para mitigar a crise econômico- social neste período de pandemia e a opinião de um economista sobre os impactos desta crise:

O consumo nos últimos meses foi sustentado por um balão de oxigênio. Como medida para mitigar os efeitos da crise, 67 milhões de pessoas receberam um auxílio emergencial do governo, que custou aos cofres públicos R\$ 174 bilhões, o que representa cinco vezes o gasto anual do Bolsa Família em apenas cinco meses. Não fosse essa medida, projetava-se que o sentimento de descrença em relação à economia impactaria mais os indicadores. O economista Eduardo Giannetti explicou que muitos daqueles que hoje ainda recebem o auxílio deixaram de engordar as fileiras do desemprego durante o recebimento do benefício — mas agora deverão voltar a ela. “É muito provável, e já está começando a acontecer, que o desemprego dê um salto nos próximos meses. Aí, sim, virá a onda forte e brava do impacto socioeconômico da pandemia”, previu.

Noutro giro, vários estudos já vislumbram os possíveis efeitos positivos dessa desaceleração da economia trazida pela pandemia, dentre eles a queda brusca da poluição do ar, a redução do ruído e a melhoria na qualidade de vida nas cidades. O atual momento está demonstrando que esta mudança nos hábitos de consumo, um menor uso de combustíveis fósseis e uma nova dinâmica na produção de bens e serviços podem trazer resultados duradouros e benéficos para as cidades (consideradas ecossistemas artificiais) e para os ecossistemas naturais, dos quais estas dependem tanto.

Por outro lado, para a melhoria do mercado de trabalho, o que se defende aqui é que medidas Keynesianas⁸ apresentem-se necessárias ao enfrentamento do quadro de desemprego, proteção do sistema produtivo, serviços, comércio, controle sanitário, da eficiência do agronegócio (na qualidade dos produtos), da derrubada de medidas protecionistas e do aumento das exportações.

A pandemia veio reforçar os problemas da cidade e a necessidade da busca pela qualidade de vida. Para Souza (2005, p. 18) o desenvolvimento deve ser entendido como:

Um fenômeno social e ser visto como um processo de mudança para melhor, pode ser definido mediante metas como melhorias da qualidade de vida, redução das iniquidades, promoção do bem comum, mas não simplesmente um crescimento das taxas de crescimento industrial.

O desenvolvimento aqui proposto busca ir além do desenvolvimento

⁸ Teoria alternativa às teorias econômicas liberal e marxista, tendo como foco a intervenção estatal.

econômico, uma vez que as taxas de crescimento já estão comprometidas devido ao atual período. Como uma das saídas, pode-se discutir o planejamento urbano como forma de conter a infecção do Covid-19 nas cidades, pois são as áreas mais pobres, as mais vulneráveis, como os cortiços e favelas, como apontado por Santos (1982, p.21) ao enfatizar que os piores sítios urbanos são ocupados pelos mais pobres, muitas vezes construídos com o auxílio do lixo urbano, que serve para aterrar e melhorar terrenos alagadiços e insalubres. O que exige uma nova reorganização do espaço urbano, com moradias acessíveis, integrando as áreas verdes e com infraestrutura de água e esgoto para a melhoria na qualidade de vida.

A pandemia cria um quadro de insegurança para os trabalhadores de rua, em que os vendedores vivem em quarentena, na rua, mas na rua com a gente, favelados, deficientes, pessoas do grupo de risco, negros, mulheres se tornam vítimas do feminicídio e da violência doméstica, idosos vítimas da indústria dos asilos e deficientes vivem em uma quarentena permanente como aponta (SOUZA, 2020).

Um dos grandes entraves no período da pandemia são as restrições de acesso aos meios de transportes, as políticas de mobilidade urbana, podem trazer um novo alento à cidade tanto no que diz respeito à priorização do transporte individual, como também adaptação de meios de transportes que reduzam os riscos de contaminação como o ônibus *Biosafe* da Marcopolo com adaptações implantados no Rio Grande do Sul, além da diversificação dos modais. De acordo com Santos (1982, p.46), os problemas do crescimento urbano são característicos dos países subdesenvolvidos, como a falta de continuidade das vias de transportes. Então, para reduzir a pressão sobre o transporte público torna-se imprescindível a criação de alternativas de transporte que estimulem a redução de aglomerações. Já as transformações no mercado de trabalho como a adoção do *home office* que são provenientes das inovações tecnológicas, contribuem nesse sentido como apontado por Ferreira (2011, p. 47) ao mencionar que:

As inovações nas tecnologias de informação agem como uma poderosa ferramenta para as mudanças organizacionais e para a reestruturação econômica, todavia, simultaneamente, impõem novas formas de gerenciamento do trabalho.

Constitui uma estratégia de desestímulo a concentração de grande número de pessoas em determinados espaços físicos empresariais. As compras online

também se configuram como uma potencialidade. Outras iniciativas tornam-se necessárias como a limpeza urbana, que é uma das armas para o controle sanitário de doenças, além da transparência dos dados acerca da cidade de forma a conscientizar seus moradores da sua realidade. Ferreira (2011, p. 73) destaca que é preciso lutar pelo direito à cidade em sentido amplo – que incorpora o direito à diferença e à informação – que deve modificar tornar mais concretos e práticos os direitos dos cidadãos, usuários dos múltiplos serviços.

Não obstante, bom salientar que as medidas de isolamento social trouxeram consequências gravíssimas para toda a população. Para Souza (2020, p. 23) além da emergência sanitária causada pela pandemia, os moradores enfrentam outras emergências como a alimentar, fechamento de escolas e emergências domésticas. Corroborando com esse pensamento Mbembe (2020 p. 137) ao mencionar que “as populações sitiadas são privadas de seus meios de renda”, o que altera sobremaneira a engrenagem das cidades, reclamando medidas ordenatórias por parte dos gestores públicos. E, logicamente, o Poder Judiciário deve assegurar que as decisões emanadas pelos entes competentes sejam cumpridas dentro dos parâmetros legais, com o objetivo de zelar pelo bem-estar de todos, sob pena de ferir o equilíbrio do pacto federativo, em afronta ao Estado Democrático de Direito estabelecido pela Constituição da República.

Para a superação da crise da Covid-19 julga-se necessário um conjunto de ações como uma reflexão sobre a inviabilidade das políticas neoliberais que minam os direitos dos trabalhadores, reduz os investimentos em políticas sociais em outras palavras se torna necessário o que propõe Mbembe (2020, p.130) “é necessária a superação do capitalismo”, uma política anticapitalista, com base puramente no consumo e com pressão sobre o meio ambiente, tornando emergente a reinvenção do consumo baseado na confiança das pessoas e na ciência, ou seja, pensar nas características básicas da sociedade na qual vivemos e as adaptações aos novos modos de viver em luta pelo funcionamento eficaz das políticas sociais.

Até mesmo refletir como os governos de extrema direita e hiper-neoliberal lidaram com a pandemia. De acordo com Souza (2020, p. 25-26):

a extrema direita e direita hiper-neoliberal ficam definitivamente (espera-se) desacreditadas. A extrema direita tem vindo a crescer um pouco por todo o mundo. Caracteriza-se pela pulsão antissistema, a manipulação grosseira dos instrumentos democráticos, incluindo o sistema judicial, o nacionalismo

excludente, a xenofobia e o racismo, a apologia do estado de exceção securitário, o ataque à investigação científica independente e à liberdade de expressão, a estigmatização dos adversários, concebidos como inimigos, o discurso do ódio, o uso das redes sociais para a comunicação política em menosprezo dos veículos e mídias convencionais (...). Nalguns países, a extrema-direita se associa a versões, altamente politizadas e conservadoras da religião. Os governos de extrema-direita ou direita neoliberal falharam mais que os outros ao ocultar informações, desprestigiar a comunidade científica, minimizar os efeitos potenciais da pandemia. Deram a entender que uma dose de Darwinismo Social seria benéfica, a eliminação de parte de trabalhadores que já não interessam a economia, nem como trabalhadores e nem como consumidores.

Cabe ressaltar ainda o que aponta Harvey (2020 p. 18) ao discorrer que países menos neoliberais tenham atravessado melhor, até agora, a pandemia, empregando métodos de repressão e vigilância rigorosos. Torna-se imprescindível a volta do Estado intervencionista como o estímulo ao emprego, além do apoio econômico já ofertado como forma de estímulo a recuperação econômica.

Deve-se pensar na ineficácia das políticas inclusivas, consequência da crise do sistema capitalista, expressando-se segundo Souza (2020, p.12) em movimentos feministas, violência doméstica, discriminação sexista e feminicídio. Tornando-se necessárias políticas que deem qualidade de vida para os grupos minoritários. Além disso, políticas habitacionais devem ser implantadas de forma a integrar os excluídos na vida cidadã, além do estabelecimento de políticas públicas para terceira idade, como o monitoramento da indústria de asilos. Davis (2020, p.9) aponta que “as contradições mortais dos cuidados da saúde privados numa época de peste são mais visíveis na indústria de asilos com fins lucrativos”, pois são locais projetados para dar segurança, no entanto, com a pandemia se tornaram áreas difusoras de doenças, o que torna urgente se pensar em ações sustentáveis para os grupos mais vulneráveis.

Além disso, a universalização das políticas de prevenção inclui uma mobilização para que as indústrias farmacêuticas invistam em prevenção, uma vez que segundo Harvey (2020, p.17) a indústria farmacêutica tem pouco ou nenhum interesse na pesquisa em fins lucrativos sobre doenças infecciosas. Raramente investe em prevenção e tem pouco interesse na preparação para uma crise de saúde pública. Faz parte deste intento a implantação de órgãos públicos de pesquisa, a criação de uma rede de solidariedade internacional, com cuidados de saúde universal, socialização do apoio à saúde e criação de um sistema de inteligência para o controle epidemiológico, nas palavras de Bihr (2020, p.25) deve se desenvolver um sistema de assistência social eficiente e uma política de saúde

pública que proporcione ao segundo os meios necessários e suficientes (humanos, materiais e financeiros).

Todas essas ações propostas são imprescindíveis para fazerem a cidade funcionar melhor para todos, sendo cidades resistentes e prósperas. A cidade precisa ser repensada em termos de acesso aos serviços essenciais, para a redução das desigualdades da infraestrutura urbana. Assim, uma melhor organização da cidade, certamente possibilitará bases profícuas para o desenvolvimento socioespacial e econômico no enfrentamento da crise.

Considerações Finais

O cenário de mudanças imposto pela pandemia do novo coronavírus exige da comunidade política e científica a união de esforços para debater e buscar saídas para repensar a gestão das cidades e até mesmo o modelo econômico nacional e o pacto federativo brasileiro em suas contradições e fragilidades.

Debater tais questões agora, certamente já faria com que os gestores e a população das cidades estivessem mais preparados para os efeitos de uma crise, que certamente ainda assolará em muito todos os municípios brasileiros.

Isto porque o momento requer a adoção de ações coordenadas, pensadas e compartilhadas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, buscando soluções conjuntas e a garantia da efetividade de qualquer política pública eventualmente adotada, considerando que o problema extrapola os meros limites geográficos de um município ou estado.

Esta reunião de esforços entre os entes federativos e especialmente entre eles e os diferentes setores da sociedade civil, tais como as indústrias de bens e serviços, de construção civil, tecnologia e outros, se revela imprescindível também à diminuição dos impactos econômicos trazidos pela pandemia, tais como o aumento do desemprego, a escassez de insumos hospitalares, o fechamento de fronteiras e a restrição de acesso a serviços e equipamentos públicos.

Neste cenário, a atuação de um Estado mais forte, presente e efetivo na vida da população, atuação que por sua vez, vai além de buscar estimular a economia, mas nela intervêm efetivamente, mostra-se urgente e necessária, especialmente quando se compara o desenvolvimento apresentado pelo Brasil com o de outros países durante a crise.

Tal presença efetiva visa garantir não apenas uma distribuição igualitária de qualquer amparo estatal fornecido, mas também deve permitir que se pense o desenvolvimento além de seu aspecto econômico-financeiro, buscando-se, por exemplo, discutir o planejamento urbano como forma de se conter o avanço da Covid-19, especialmente nas cidades de maior porte, que têm suas áreas mais pobres consideravelmente mais afetadas pela doença.

Repensar e reorganizar a cidade para melhorar o acesso a serviços e equipamentos públicos básicos, sejam de saúde, renda ou infraestrutura, tornou-se uma necessidade ainda mais evidente. Certo é que não se têm respostas e soluções para todos os problemas aqui apontados, mesmo porque se está diante de um fenômeno ainda em franco acontecimento e, por ora, o que se sabe é que o enfrentamento adequado da presente crise econômico-sanitária certamente passa por uma atuação forte e efetiva do poder público em todos os seus níveis e esferas, em ações conjuntas, multissetoriais, planejadas e coordenadas, que demandam também o envolvimento e a conscientização da população.

Debater o fenômeno e se ver como peça que pode contribuir à diminuição de seus graves impactos, parece ser fundamental em um cenário que deixa ainda mais clara a importância de um exercício efetivo da cidadania e participação popular.

Referências

CHADE Jamil. **Pandemia pode causar desemprego de 25 milhões de pessoas.** *site Uol*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/18/pandemia-pode-causar-desemprego-de-25-milhoes-de-pessoas.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.

FERREIRA, ALVARO. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

HARVEY, D & ZIZEK, O & BAIDOU, A & DAVIS, M & BIHR, A & ZIBECCHI, R. **Coronavírus e a luta de classes.** Editora Terra sem Amos. Brasil, 2020.

LEFEBVRE, Henri. "A cidade e o urbano". In: **Espaço e Política: o Direito à cidade II.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaio. **Revista do PPGAV EBA/UFRJ.** nº32, Dezembro de 2016.

ONU. Pela primeira vez, população urbana supera a rural no mundo. **ONU News**, [s. l.], 19 abr. 2007. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2007/04/1267511->

pela-primeira-vez-populacao-urbana-supera-rural-no-mundo. Acesso em: 19 out. 2020.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha Informativa sobre Covid-19**. Disponível em <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 21 set. 2020.

PEREIRA, Luiz. **Subdesenvolvimento e Desenvolvimento**. 3ª edição. Zahar Editores. Riode Janeiro, 1976.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Edições Almeida. S.A. Abril, 2020.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. Editora Hucitec. São Paulo, 1982.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. São Paulo: Record, 2000. SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHEREIBER, Mariana. **Medidas econômicas de Bolsonaro contra o coronavírus são inferiores às de outros países, aponta FGV**. Site Uol, Caderno Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2020/03/24/medidas-economicas-e-bolsonaro-contra-coronavirus-sao-inferiores-as-de-outros-paises-aponta-fgv.htm>. Acesso em 20 set. 2020.

SIQUEIRA, Carol. **Governo anuncia medidas de combate à pandemia de coronavirus**. Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/646385-governo-anuncia-medidas-de-combate-a-pandemia-de-coronavirus/>. Acesso em 21 set. 2020.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano. Um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

TATSCH, Constança. Como pandemia mudou o comportamento e padrão de consumo no país. In: **Época**. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/como-pandemia-mudou-comportamento-padrao-de-consumo-no-pais-24695170?>. Acesso em 16 out. 2020.